

VEM AÍ A LUTA PELO NOSSO ACORDO COLETIVO 2018

O Sindicato já enviou para a direção da Copasa a Pauta de Reivindicações aprovada pelos trabalhadores em assembleias realizadas em todo o Estado, visando as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho 2018.

Nossa campanha salarial acontece em um clima pesado em todo o País, em decorrência do golpismo pelo poder da República e após um verdadeiro desmanche de direitos sociais e trabalhistas com a "reforma" patrocinada

pelo governo federal.

A situação de prevalência do "negociado sobre o legislado" obriga os trabalhadores à mobilização intensa para garantir os direitos conquistados e avançar nas condições de trabalho e de salários.

As negociações coletivas serão conduzidas pela direção executiva do SINDÁGUA e aguardamos a marcação das primeiras reuniões pela Copasa.

Confira a "Pauta de Reivindicações".

Páginas 2 e 3

TRABALHADORES CONSOLIDAM A UNIDADE NA LUTA DA CATEGORIA COM O SINDICATO

A direção eleita pelos trabalhadores para conduzir as lutas do SINDÁGUA tomou posse no último dia 23, em solenidade realizada na Escola Sindical 7 de Outubro, da CUT, no Barreiro.

José Maria foi empossado na presidência da entidade e lembrou que os desafios são agora muito maiores, diante das ameaças aos direitos sociais e trabalhistas, em função do golpismo que assola o País. **Páginas 4 e 5**



José Maria discursa e lembra que a luta será maior

A PRIVATIZAÇÃO AMEAÇA O SANEAMENTO

O entreguismo do patrimônio público e a omissão diante das responsabilidades do Estado continuam norteando o governo federal para tentar a privatização do saneamento. Este projeto avança em Brasília. Confira! **Páginas 6 e 7**

Categoria define a Pauta de Reivindicações para negociar Acordo Coletivo com a Copasa

Campanha Salarial 2018



NOSSA LUTA É MUITO ALÉM DE SALÁRIOS

José Maria dos Santos

Temos pela frente nossa campanha para o Acordo Coletivo de Trabalho 2018. O primeiro ACT após a reforma trabalhista do governo golpista.

Estimativas feitas pelo Dieese apontam uma inflação acumulada pelo INPC inferior a 2%, mas temos a consciência de que os

desequilíbrios de salários dentro da Copasa exigem um acerto bem maior, sobretudo nos cargos operacionais, a começar pelos ajustes esperados com a implantação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários.

Os avanços que a categoria alcançou em acertos de desvio de função e promoções aguardam o atendimento pleno das reivindicações apresentadas pelo Sindicato, principalmente o preenchimento de cargos vagos em decorrência dos planos de desligamento e aposentadorias.

A direção da empresa precisa reconhecer que tais reivindicações dos trabalhadores dizem respeito até mesmo em atender condições necessárias à preservação da qualidade dos serviços de saneamento prestados à população. Reivindicamos condições de trabalho que refletem imediatamente no padrão de qualidade dos serviços da empresa e que asseguram os contratos estabelecidos nos municípios em todo o Estado para cumprirmos os programas estabelecidos nas concessões.

Nossa luta reflete o tamanho da empresa. Sem o atendimento destas reivindicações teremos uma empresa encolhida e sucateada em sua estrutura, precarizando os serviços e não cumprindo os seus compromissos contratuais.

Nossa categoria tem consciência da luta pelos nossos direitos e preservação da empresa como instrumento do Estado para cumprir sua responsabilidade com o saneamento universalizado. Na campanha salarial demonstraremos mais uma vez nosso senso de responsabilidade e esperamos a mesma postura da direção da Copasa, para que tenhamos um diálogo aberto e que nossas reivindicações sejam entendidas como instrumentos de crescimento mútuo, dos trabalhadores e da empresa



O Sindicato realizou assembleias em todo o Estado entre os dias 26 e 28 de março, para que os trabalhadores aprovassem a Pauta de Reivindicações da categoria para o processo de negociação coletiva com a Copasa.

As demandas apresentadas em cada localidade foram compiladas em um documento remetido para a direção da empresa, para que seja estudado e marcadas as reuniões das comissões de negociação.

Antes das assembleias, a direção plena do Sindicato decidiu pela participação de todos os diretores executivos da entidade nas reuniões com a empresa, devendo os demais diretores serem chamados em momentos que tivermos a decisão de proposta, para encaminhar os procedimentos a serem adotados e para universalizar as informações com os demais trabalhadores.

Negociação pós-golpe trabalhista

Esta será a primeira negociação de acordo coletivo do SINDÁGUA após o golpe da "reforma trabalhista" implementada por Temer.

Começamos as negociações com a certeza da "prevalência do negociado sobre o legislado", situação que exige total mobilização dos trabalhadores para impedir qualquer tentativa de corte de direitos já conquistados em acordos anteriores ou previsto na legislação golpeada na reforma.

A categoria reforça todas as conquistas já alcançadas e reivindica ganho real nos salários de 5%, além do reajuste pela inflação acumulada, incidindo também nos benefícios. Os trabalhadores cobram ainda acertos de pendências do PCCS e reposição das vagas abertas em todo o Estado, para suprir a profunda falta de pessoal após os planos de desligamentos.

Confira na página seguinte a íntegra da Pauta de Reivindicações aprovada pelos trabalhadores.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CATEGORIA

CLÁUSULAS INSTITUCIONAIS:

01. Garantir a Data Base em 1º maio, assegurando retroatividade dos impactos do Acordo Coletivo;
02. Garantia de emprego;
03. Manutenção das conquistas anteriores, naquilo que não contrariarem com o presente acordo;
04. Eleger representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da COPASA com a participação da entidade sindical.
05. Encerrar as terceirizações em atividades fins da empresa, com Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público do Trabalho;
06. Criação de manual de conduta para ser observado pelos terceirizados contratados para serviços permitidos, para cumprir normas da empresa nas localidades de suas prestação de serviços.
07. Reposição imediata das vagas abertas pelos planos de demissões e aposentadorias e demais cargos vagos, através de convocação dos aprovados no concurso público. Exemplificamos que a empresa tem ausência, inclusive, do quadro de assistente social para atender as famílias e empregados;
08. Reorganizar as estruturas de saúde e assistência social, com a ampliação de serviços de controle e combate ao alcoolismo, drogas e outros problemas de dependências de empregados da empresa;

CLÁUSULAS ECONÔMICAS:

09. Destinação de percentual sobre a folha de pagamento para realizar as progressões, crescimento, promoções, avaliações de desempenho e adequações do PCCS;
10. Revisão da tabela salarial, reduzindo a progressão horizontal em 4 (quatro) estágios para melhorar salários os menores salários;
11. Reajustar os salários pela inflação acumulada pelo INPC entre maio de 2017 a 30 de abril de 2018;
12. Aplicar ganho real de 7% nos salários já reajustados pelo INPC, tendo como referência o crescimento da receita da COPASA;
13. Que a empresa promova maiores investimentos nas estruturas e mecanismos de melhoria da prestação de serviços, reduzindo os lucros distribuídos aos acionistas. Havendo Lucro, que o valor da participação dos lucros (PL) distribuído para os trabalhadores seja de 25% equivalente ao percentual distribuído aos acionistas.
14. Que seja assegurada a antecipação para os trabalhadores da Participação nos Lucros sempre que antecipar para os acionistas;

CLÁUSULAS DE POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS:

15. Adicionais de insalubridade pagos sobre salário nominal;
16. Adesão ao cartão "sem parar" para passagens nos pedágios com veículos da empresa;
17. Rever o PCCS para corrigir as distorções entre enquadramentos de diversas carreiras, entre elas as dos patrulheiros eletromecânicos com carreira de técnicos e ampliar a valorização destes profissionais, criação do cargo dentro da fiscalização de agente de saneamento técnico de projeto de obras;
18. Para os empregados escalados nas liberalidades em emendas de feriados, que suas horas trabalhadas sejam computadas/pagas como hora extra;
19. Definir gratificação por Penosidade para os serviços externos;
20. Prêmio motivacional por condução de veículos seja reajustado em 50% do valor definido por dia de trabalho;

CLÁUSULAS DE BENEFÍCIOS:

21. Correção de todos os benefícios constantes do Acordo Coletivo anterior, pagos pela empresa pelo dobro do INPC, apurado no período de 01 de maio de 2017 a 30 de abril de 2018;
22. Que a COPASA mantenha o pagamento da Libertas, enquanto perdurar o afastamento do trabalhador ambas as partes;
23. Manutenção do pagamento do plano de saúde para os

trabalhadores afastados por doença, manter o subsídio como se estivesse na ativa;

24. Reeditar as gratificações por tempo de serviço de 15, 20, 25 e 35 anos de trabalho, no valor de 1 salário bruto como premiação;
25. Extensão do direito à Cesta de Natal para todos os trabalhadores;
26. Flexibilização da liberação no dia do aniversário para dia anterior ou posterior, no caso de cair em feriado ou final de semana;
27. Manter a cesta básica, durante todo o período de afastamento médico do trabalhador;
28. Estender a todos os trabalhadores a concessão do Vale transporte sem ônus;
29. Implantação do Vale Combustível para os trabalhadores que não utilizam o Vale Transporte, de forma opcional para quem desejar, bem como para assegurar os deslocamentos para locais não servidos por horários regulares de transportes, que não coadunam com as atividades da empresa dentro da regional metropolitana;
30. Nova Revisão do plano de saúde – COPASS para possibilitar a criação de planos alternativos de menor custo para ativos e aposentados, planos de enfermagem e criação do fundo tripartite (COPASA, ativos e aposentados), para ampliar os subsídios para redução dos custos dos planos de saúde e odontológico, aumentar os subsídios da empresa para planos de saúde;
31. Revisão dos exames médicos periódicos, garantindo a concessão de guias médicas sem ônus para realização de exames complementares. Criação de guias sem ônus para trabalhadores acometidos de doenças crônicas, (como diabetes, hipertensão, gota, e outras) onde há necessidade de acompanhamento permanente;
32. Ampliação da rede atendida pela concessionária responsável pelo cartão de alimentação e refeição da "POLICARD";
33. Pagamento dos adicionais de insalubridade e periculosidade para os técnicos e engenheiros, inclusive os engenheiros de segurança do trabalho;
34. Revisão do preenchimento dos PPP's de acordo com as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores, mantendo as descrições de atividades desenvolvidas anteriormente;
35. Criações de políticas específicas para gêneros, políticas de apuração e assédio sexual e moral;
36. Ampliar a participação dos trabalhadores no programa de equidade de raça e gêneros no comitê gestor, visando atender a paridade;
37. Eleição direta para AECO e revisão de seu estatuto;
38. Eleição de um diretor executivo, para Fundação Libertas, através de eleição direta entre os participantes;
39. Manter no COPASS SAÚDE, na qualidade de dependentes, os filhos dos empregados, enquanto estudantes;
40. Revisão do pagamento de horas extras para os ocupantes de cargos de analistas;

CLÁUSULAS DE ORGANIZAÇÃO SINDICAL:

41. Liberação de 10 (dez) Dirigentes Sindicais pela empresa, para prestação de serviços à entidade sindical com ônus total pela empresa;
42. Liberação dos Dirigentes Sindicais de Base, em 40 horas mensais, para visitas, acompanhamento e palestras junto aos trabalhadores nas diversas localidades de sua representação na COPASA.
43. Aprovação da taxa de fortalecimento sobre os ganhos conquistados no acordo coletivo;
44. Extensão de cláusulas específicas de ampliação de conquistas do acordo coletivo, para beneficiar aos trabalhadores sindicalizados.

TRABALHADORES RENOVAM LUTA CONTRA GOLPISMO NOS DIREITOS TRABALHISTAS

As diretorias do SINDÁGUA e do DEAPES tomaram posse de seu mandato 2018/2022, em solenidade realizada dia 23 de março, na Escola Sindical 7 de Outubro.

A posse foi prestigiada pela presença da direção da Copasa (presidenta Sinara Meireles e os diretores Rômulo Perili e Francisco Cançado), além do secretário de Estado de Obras, Murilo Valadares, da deputada federal Margarida Salomão, do secretário-geral da CUT-MG, Jairo Nogueira Filho, e representantes de sindicatos que se somam na luta com o SINDÁGUA.

O presidente empossado, José Maria dos Santos, afirmou que os desafios do Sindicato estão ainda maiores com o golpismo vivido pelo País, desde o impeachment da presidente Dilma Rousseff e o desmanche dos direitos sociais e trabalhistas, levados a cabo pelo usurpador da presidência da República, Michel Temer. Zé Maria ressaltou principalmente a grande luta que deveremos travar pela defesa do saneamento universalizado e pela preservação dos serviços essenciais de água e esgoto



José Maria prega a renovação e tem em Eduardo, de Salinas, a certeza de um símbolo de luta permanente.



longe da privatização. "Precisamos esclarecer toda a sociedade e fortalecer nossa luta para garantir os serviços de saneamento como política de saúde e responsabilidade do Estado, impedindo que a água seja mercantilizada, se tornando inacessível à população pobre e fonte de riqueza para investidores".

A presidenta da Copasa, Sinara Meireles, afirmou que é preciso

"resistir à privatização, buscar fontes de financiamento e lutar para manter o saneamento na universalidade e público". Lembrou que o saneamento "é concessão municipal" e que "não devemos nos desanimar com as adversidades, cumprindo nossa responsabilidade para manter a qualidade dos serviços e a manutenção da empresa".

Murilo Valadares, secretário de Estado de Obras, condenou as articulações privatistas, e falou do risco de a "iniciativa privada assumir



Marielle, presente!!!

As mulheres prestaram uma homenagem emocionante à memória da veradora Marielle Franco (PSOL), assassinada no Rio de Janeiro.



Na cerimônia, a presença da direção da Copasa, da deputada federal Margarida Salomão e do secretário da CUT-MG, Jairo Nogueira

serviços sem licenciamento ambiental", ressaltando que deve "haver muita luta" para impedirmos "a bandeira do País nas mãos de gente como o Bolsonaro", denunciando que estrangeiros continuam comprando terras e empresas brasileiras.

A mesma preocupação da privatização foi abordada pela

deputada federal Margarida Salomão (PT-MG). Ela prevê a necessidade de muita luta contra as iniciativas do governo golpista. Afirmou que o País precisa lutar pelo fim do golpe e que se estabeleça a justiça e o respeito à democracia no País, para eleger soberanamente os seus governantes.



Sinara contra a privatização



Waltencyr coordena o DEAPES



Posse da plena

Stefânio Marques, que presidiu o processo eleitoral, deu posse à diretoria plena do SINDÁGUA.



SINDÁGUA RENOVA DIRETORIA E AMPLIA REPRESENTAÇÃO

Entre os empossados, vários companheiros passaram a ingressar na direção do SINDÁGUA, ampliando a representação do Sindicato em todo o Estado. A entidade representa não apenas os trabalhadores na Copasa, mas em várias outras empresas e sistemas que operam serviços de água e

esgoto em Minas.

Esta representação nos condiciona a uma luta ampla pela defesa do saneamento como atividade essencial para a população, exigindo que a Constituição Federal e a do Estado sejam cumpridas, para que os governos assumam suas responsabilidades com políticas de saúde pública.

FAMA fortalece luta e resistência contra privatização da água e do saneamento

O Sindicato defende a manutenção do saneamento como política pública e responsabilidade do Estado

Fortalecer a organização, a unidade e a mobilização na luta contra a privatização e a mercantilização da água e do saneamento. Esse compromisso foi reafirmado pelos mais de 7 mil participantes do Fórum Alternativo Mundial da Água (Fama), realizado de 17 e 22 de março, em Brasília, em oposição ao 8º Fórum Mundial da Água, "o fórum das corporações", que ocorreu no mesmo período, também na capital federal.

Esse pacto em defesa da água como bem público está expresso na "Declaração Final" do Fama: "O compromisso fundamental é de se manter em luta, enraizar os processos de construção até aqui realizados e manter a mobilização viva", diz o documento.

Além da mobilização constante e da continuidade dos trabalhos desenvolvidos durante o Fama, outro compromisso é com a internacionalização da luta, já que o ataque do capital é mundial e envolve grandes empresas transnacionais, com apoio de governos, Poder Judiciário, mídia conservadora e políticos corruptos.

O Fórum ressaltou o poder destrutivo do avanço do capital sobre os recursos naturais, com a privatização e a entrega das riquezas dos países a empresas estrangeiras; a perda de direitos trabalhistas e sociais, e a perseguição e criminalização da luta dos movimentos sindicais e populares.

O objetivo do capital é aumentar o lucro e a exploração, para sair da crise criada pelas políticas neoliberais do próprio capitalismo. O modelo predatório imposto por meio das grandes corporações, além da exploração das reservas estratégicas e da mão de obra, desrespeita tradições e culturas.

No Brasil, o governo golpista e ilegítimo de Michel Temer é exemplo claro dessa ação coordenada do capital para



romper a ordem democrática e impor uma agenda que atenda aos seus interesses, "garantindo a drenagem de recursos públicos para o sistema financeiro, criando bases para uma onda privatizante, incluindo a infraestrutura de armazenamento, distribuição e saneamento da água".

O Brasil é o maior detentor de reserva de água superficial e subterrânea do planeta, o que explica o interesse de empresas transnacionais em nossos recursos hídricos e no saneamento. São exatamente essas empresas - Nestlé, Coca-Cola, Ambev, Suez, Veolia e Brookfield (BRK Ambiental) e outras - que financiam o "fórum das corporações", denuncia o documento final do Fama.

DIÁLOGO COM A SOCIEDADE

A gestão da água e do saneamento não é prioridade para o governo brasileiro e de outros países, apesar de sua importância para a saúde, o meio ambiente e a qualidade de vida. Daí a importância do Fama, na construção de diálogo com a sociedade e governos e no desenvolvimento de estratégias

para barrar o avanço da apropriação e mercantilização da água.

O Fama reuniu representantes de movimentos sindicais, sociais e populares, organizações não governamentais e universidades, do Brasil e de vários países. "Somos mais de 7 mil trabalhadores e trabalhadoras da cidade e do campo, das águas e das florestas, representantes de povos originários e comunidades tradicionais, articulados em 450 organizações nacionais e internacionais de todos os continentes", afirma o documento final do FórumA.

SINDÁGUA PRESENTE

O SINDÁGUA participou do Fama com uma delegação, manifestando-se contra a privatização dos serviços públicos, principalmente do saneamento. Juntamente com os movimentos sociais, a FNU e os demais sindicatos de trabalhadores do setor no Brasil, lutaremos contra a Medida Provisória que altera o marco regulatório do saneamento e entrega as concessões dos serviços de água para a iniciativa privada.



Frente Nacional se reorganiza e pressiona Congresso contra MP do saneamento

Representantes de sindicatos dos trabalhadores do setor de saneamento, incluindo o SINDÁGUA, e da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) entregaram a parlamentares, na Câmara dos Deputados, no dia 3 de abril, um manifesto contra a Medida Provisória que Temer pretende editar para mudar o marco regulatório do saneamento e escancarar as portas do setor para a privatização. A reunião foi conduzida pela deputada federal Margarida Salomão (PT/MG), que assumiu a presidência da Comissão de Desenvolvimento Urbano.



O manifesto denuncia que "o objetivo do governo Temer é consolidar o 'mercado' da prestação dos serviços públicos de saneamento básico no Brasil, solapando as bases de uma política pública de saneamento construída democraticamente depois de anos de discussão com a sociedade, por meio da revisão açodada do marco legal utilizando um instrumento de exceção que é a medida provisória, afastando o debate e a participação popular".

Os sindicatos e a FNU se reuniram em Brasília, nos dias 3 e 4 de abril, para discutir as estratégias contra a MP e tratar da reorganização da Frente Nacional pelo Saneamento Ambiental (FNISA) e da criação do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas).

Segundo o presidente do SINDÁGUA-MG, José Maria dos Santos, que participou das reuniões em Brasília, é preciso fortalecer a luta em defesa do saneamento público e

universal. "A iniciativa privada tem pressa para tomar os serviços de água e saneamento, em busca do lucro», disse Zé Maria. «Todo segmento empresarial que busca a água como lucro está de olho na Copasa, na Sabesp e na Sanepar, por exemplo, que são rentáveis, deixando de lado empresas públicas não lucrativas. Isso

mostra que a iniciativa privada só se interessa pelo lucro, o que compromete a universalização do saneamento."

A MP de Temer ataca as empresas públicas de saneamento, desfigurando a Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007), que estabeleceu diretrizes nacionais para o setor, com ampla discussão da sociedade. Caso seja editada, trará sérios riscos para o saneamento, afetando principalmente as populações de baixa renda dos pequenos municípios, áreas rurais e periferia das grandes cidades. Com a privatização, o único objetivo será o lucro, reduzindo ao máximo os investimentos no setor.

Propõe o fim do Contrato de Programa (que permite a contratação direta entre municípios e empresas estaduais de saneamento), instituindo consulta pública. A intenção é ampliar espaços para a iniciativa privada, que vai se interessar apenas pelos municípios mais rentáveis. A MP praticamente revoga a titularidade do município nas questões de saneamento, modifica o subsídio cruzado e dificulta a universalização dos serviços.

Jornada irregular e prejuízo ao adicional de insalubridade COPASA INSISTE EM DESCUMPRIR ACORDO E DESAFIAR ORIENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A direção da Copasa insiste em desconsiderar uma irregularidade já denunciada no Ministério Público do Trabalho e mantém sua determinação de alterar jornada de trabalho em turno de revezamento, sem que tal decisão seja discutida para a categoria e tenha o amparo de um Acordo Coletivo de Trabalho Extraordinário, para modificar ACT já existente que proíbe a medida.

Denunciamos ao MPT que esta iniciativa da empresa se deve ao grave problema da reposição de vagas, ocasionado pelos planos de desligamentos e aposentadorias, que exigem imediata reposição de vagas para não comprometer os serviços prestados à população.

O Sindicato notificou a empresa também sobre irregularidades cometidas contra trabalhadores que atuam em atividades insalubres e que estão sendo penalizados pelo corte do "adicional de insalubridade" a

que têm direito. A empresa decidiu agir desta forma a partir de parecer da Divisão de Saúde e Segurança (DVSS) sobre os auxiliares de operação de estação de água, alegando que eles não têm contato com agentes nocivos.

Lembramos que a definição de atividade insalubre na empresa foi objeto de análise de peritos contratados com acompanhamento de peritos assistentes contratados pelas entidades sindicais, documentos em poder da empresa, especificamente a SPRH (gestão anterior). Portanto, qualquer alteração terá que ser precedida de anuência das entidades sindicais, sob pena de ser arguida judicialmente, mediante novos laudos periciais.

Caso a empresa persista com as medidas, o jurídico do Sindicato tomará todas as providências junto ao Ministério Público do Trabalho e à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, solicitando fiscalização e autuação para garantir o direito dos trabalhadores.

GOLPES DE MESTRE

O PAÍS REFÉM DA ELITE

Os meios de comunicação de massa manipulam a opinião pública em favor dos ricos, para desmanchar direitos sociais já conquistados



ESTADO DE MINAS

LULA RUMO À PRISÃO



O ESTADO DE S. PAULO

STF libera prisão de Lula por Moro



FOLHA DE S. PAULO

Por 6 a 5, STF rejeita habeas corpus e ex-presidente Lula pode ser preso



Viabilizando o GOLPE DE ESTADO

A pressão dos meios de comunicação de massa, jornalões como O Globo, Folha de São Paulo e, principalmente, a TV Globo, vem viabilizando a onda de golpismo vivida pelo País, numa campanha sórdida para desmanchar os direitos sociais, apoiando uma reforma trabalhista que sucumbe os empregos, além de defenderem as mudanças drásticas na Previdência Social, sepultando de vez a expectativa do povo trabalhador de se aposentar.

Estes pastelões da imprensa chamada "marrom", que se vende para sobreviver, foram também determinantes nos julgamentos da via crucis enfrentada pelo ex-presidente Lula, viabilizando a cadeia como a única forma de impedir que volte ao Palácio do Planalto pelo voto esmagador do povo brasileiro.

No episódio de votação do habeas corpus no Supremo Tribunal Federal, estes meios de comunicação da elite propagandearam que "se Lula não for preso, todos os bandidos, latrocidias, estupradores, homicidas não teriam mais como pagar por seus crimes". Apostam na velha estratégia de repetir o mesmo refrão centenas de vezes até que ele seja aceito pela população sofrida com a violência do Estado como uma verdade irretocável.

O que fazem para garantir a elite radical no poder começou no impeachment da presidente Dilma e avançou no ano passado, quando aprovaram a terceirização sem limites nas empresas, até chegar ao golpe da

"reforma trabalhista", aniquilando direitos custosamente conquistados em décadas de lutas e até então consagrados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Uma das estratégias da direita radical é eliminar instrumentos de mobilização social e trabalhista. Por isto atacaram duramente os sindicatos e falam de peito cheio que esperam o desaparecimento de cerca de 3.000 sindicatos após a reforma trabalhista golpista.

RESISTÊNCIA

Mostra-se novamente urgente a mobilização da sociedade massacrada para assegurar o Estado democrático, depois de uma luta de mais de 20 anos para nos livrarmos do jugo da ditadura militar, das torturas, dos cemitérios clandestinos, da censura e da truculência contra quaisquer movimentos sociais reivindicatórios.

Da mesma forma que resistimos à ditadura, nas lutas pela anistia política, pelas «Diretas-Já!» e pela redemocratização do País, os brasileiros têm as ruas novamente como as "veias abertas" para reagirmos contra um governo que se sustenta pela corrupção e de verdadeiras quadrilhas instaladas em todas as instâncias de poder.

O País vive mais uma página triste de nossa história, que nos envergonha diante de um mundo civilizado, onde se respeita os princípios democráticos e o "estado de direito".

Nossa luta é urgente! Pelo bem do Brasil e dos brasileiros!